



MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

Estado do Paraná

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 170 á 173/2025

O MUNICIPIO DE NOVA FÁTIMA, com sede a Rua Dr. Aloysio de Barros Tostes, 420, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.828.418/0001-90, neste ato representado pela prefeita Municipal, a senhora Renata Montenegro Balan Xavier, brasileira, casada, advogada, portadora da Carteira de Identidade nº. 5*****-1 SESP/PR e CPF/MF nº 772.***.***-20, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS nº 046 /2025, processo administrativo n.º 105/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Termo de Referência**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objetivo o Registro de Preços futura e/ou eventual Contratação de empresa para Confecção de Material Gráfico, Adesivos, Banners, Placas e Toldos personalizados, atendendo as necessidades do Município de Nova Fátima, suas Secretarias e Departamentos.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

09.335.918 VALTER LOPES DE SOUZA CNPJ: 09.335.918/0001-66 RESPONSÁVEL LEGAL: VALTER LOPES DE SOUZA – ATA Nº170 /2025					
Item	Descrição	Und	Quant	Valor Uni	Valor Total
1	Confecção de Adesivos em Vinil Comum para aplicação em veículos da frota municipal e em outros itens. Arte final de responsabilidade/criação por parte da contratada sujeita a aprovação pelo município. Instalação por conta do contratado.	UND	400,000	R\$87,00	R\$34.800,00
2	Confecção de Adesivos em Vinil Perfurado para aplicação em veículos da frota municipal e em outros itens. Arte final de responsabilidade/criação por parte da contratada sujeita a aprovação pelo município. Instalação por conta do contratado	M2	110,000	R\$107,00	R\$11.770,00
3	Confecção de Adesivos em Vinil Recorte para aplicação em veículos da frota municipal e em outros itens. Arte final de responsabilidade/criação por parte da contratada sujeita a aprovação pelo município. Instalação por conta do contratado	M2	135,000	R\$109,00	R\$14.715,00
4	Confecção de Adesivos jateados para aplicação de janelas de vidro e em outros itens. Instalação por conta do contratado	UND	30,000	R\$109,00	R\$3.270,00
5	Aplicação de película insulfilm em veículos da frota municipal e em outros itens. Instalação por conta do contratado.	M2	220,000	R\$94,00	R\$20.680,00
13	Placas em lonas com estrutura metálica e acabamentos em cantoneira de alumínio. Arte final de responsabilidade/criação por parte da contratada sujeita a aprovação pelo município. Instalação por conta do contratado.	M2	90,000	R\$197,00	R\$17.730,00
14	Placas galvanizada com adesivos indicativos e informativos. Arte final de responsabilidade/criação por parte da contratada sujeita a aprovação pelo município. Instalação por conta do contratado	M2	100,000	R\$219,00	R\$21.900,00
16	Toldo, cobertura em lona e estrutura galvanizada, instalação por conta do contratado. Arte final de responsabilidade/criação por parte da contratada sujeita a aprovação pelo município. Instalação por conta do contratado	UN	270,000	R\$180,00	R\$48.600,00
17	Placa de identificação interna 25cmx8cm (salas personalizadas e informações), material acrílico a ser fixada com cola e/ou com parafuso. (placa com aba para fixação com parafuso). Arte final de responsabilidade/criação por parte da contratada sujeita a aprovação pelo município, instalação por conta do contratado	UN	100,000	R\$24,90	R\$2.490,00



MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

Estado do Paraná

18	Placa de identificação interna 30cmx18cm (salas personalizadas e informações), material acrílico a ser fixada com cola e/ou com parafuso. (placa com aba para fixação com parafuso). Arte final de responsabilidade/criação por parte da contratada sujeita a aprovação pelo município, instalação por conta do contratado	UND	50,000	R\$31,00	R\$1.550,00
19	Placa de identificação externa, material ACM a ser fixada com parafuso. Arte final de responsabilidade/ criação por parte da contratada sujeita a aprovação pelo município, instalação por conta do contratado.	M2	100,000	R\$245,00	R\$24.500,00
Total do Fornecedor: R\$ 202.005,00 (Duzentos e dois mil e cinco reais)					

CREATIVE GRAFICA RAPIDA LTDA CNPJ: 42.585.735/0001-74 RESPONSÁVEL LEGAL: BRENO JORDÃO – ATA Nº171 /2025					
Item	Descrição	Und	Quant	Valor Uni	Valor Total
6	Ficha Boletim de Cadastro Imobiliário em papel ofício com impressão frente e verso, bloco 50x1. Tamanho 21cmx31cm	BC	1.000,000	R\$4,68	R\$4.680,00
7	Ficha de fiscalização, bloco em papel autocopiativo 50x2; 1ª Via cor branca com picote para destacar; 2ª via color fixa no talão. Cor 1x0; Tam 20,5 cm x 15,5 cm, papel offset	UN	10,000	R\$19,95	R\$199,50
8	Ficha Financeira impressas em papel sulfite 180g, na cor branca, tamanho A4 210x297mm.	UND	1.000,000	R\$0,57	R\$570,00
10	Impressão em flyer, tamanho 15x21cm, papel couchê brilho 115g, cores e impressão 4x4, campanhas diversas - Arte final de responsabilidade/criação por parte da contratada sujeita a aprovação pelo município	UND	1.000,000	R\$0,37	R\$370,00
11	Impressão em papel couchê brilho 115g, tamanho A3. Impressão apenas na frente	UN	1.200,000	R\$2,19	R\$2.628,00
12	Impressão em papel couchê brilho 115g, tamanho A3. Impressão apenas na frente.	UN	1.200,000	R\$2,34	R\$2.808,00
15	Talão Requisição com numeração (a partir de 01), auto copiativo, primeira via na cor branca com picote para destacar; segunda via color fixa no talão, bloco 50x2, tamanho 14,5x10,5 cm (Alterar Prefeitura Municipal para MUNICÍPIO), papel offset.	UN	100,000	R\$7,89	R\$789,00
20	Adesivos individuais destacáveis, coloridos impressos em papel resistente e com brilho, com personagens de princesas, diversos modelos. Medida aproximada: 5cmx5cm, Formato redondo e fácil remoção	UND	1.000,000	R\$0,24	R\$240,00
21	Adesivos individuais destacáveis, coloridos impressos em papel resistente e com brilho, com personagens "Os Vingadores" diversos modelos. Medida aproximada: 5cmx5cm, Formato redondo e fácil remoção	UND	1.000,000	R\$0,38	R\$380,00
22	Atestado Médico, bloco 50x1, tamanho: 20,5x13cm, papel sulfite. 100,000 BC 5,99 599,00	BC	100,000	R\$5,99	R\$599,00
23	Autorização Casa da Misericórdia, autocopiativa bloco 50x2, tamanho: 20,5x13 cm	UND	20,000	R\$15,79	R\$315,80
24	Boletim de Campo e Laboratório do Levantamento Rápido de Índices – LIRAA, bloco 50x1, papel sulfite, tamanho 21x30 cm	BC	10,000	R\$5,35	R\$53,50
25	Cartão de Vacinação com 1 vinco, papel cartolina, cor branca, tamanho 8 cm x 21,5 cm	UN	500,000	R\$0,29	R\$145,00
26	Cartão do Usuário – acompanhamento ambulatorial – dengue, com 1 vinco, papel cartolina, cor branca, tamanho: 8,5cm x 19,5cm	UND	500,000	R\$0,28	R\$140,00
27	Cartão HIPERDIA, papel cartolina, cor branca, com 1 vinco, tamanho 11,5x18,5 cm	BC	1.000,000	R\$0,19	R\$190,00
28	Cartão Planejamento Familiar, papel cartolina, cor rosa, com 1 vinco, tamanho 11,5x18,5 cm	BC	500,000	R\$0,29	R\$145,00
29	Carteira de vacinas, papel cartolina, tamanho 15x44 cm, com 2 vinhos	BC	200,000	R\$0,79	R\$158,00
30	Declaração (Situação Vacinal), bloco 50x1, tamanho: 21x12,5cm, papel sulfite	BC	100,000	R\$2,86	R\$286,00
31	Declaração de Comparecimento, bloco 50x1, tamanho: 20,5x13cm, papel sulfite	BC	50,000	R\$4,99	R\$249,50
32	Declaração de Desistência de Tratamento, bloco 50x1, tamanho: 20,5x13cm, papel sulfite	BC	30,000	R\$5,99	R\$179,70



MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

Estado do Paraná

33	Descrição da Sugestão/Reclamação, bloco 50x1, tamanho 21cm x 10cm, papel sulfite	BC	10,000	R\$11,27	R\$112,70
34	Diário de Bordo, Bloco 50x1, tamanho 21x30 cm, papel sulfite.	BC	5,000	R\$23,47	R\$117,35
35	Envelope para prontuário, timbrado, tamanho 24,5x33 cm, papel kraft natural 120g/m2	UN	4.000,000	R\$0,89	R\$3.560,00
36	Ficha Atendimento Médico da Semana, colorido, bloco 50x1, tamanho 21x30 cm, papel sulfite	BC	50,000	R\$11,32	R\$566,00
37	Ficha de Atendimento às Gestantes e Puérperas, frente/verso, bloco 50x1, tamanho 30x21 cm, papel sulfite	BC	5,000	R\$22,85	R\$114,25
38	Ficha de Atendimento TR, bloco 50x1, tamanho 30x21 cm, papel sulfite	BC	5,000	R\$22,30	R\$111,50
39	Ficha de Puericultura com 1 vinco, capa, miolo e contra-capas, tamanho 30x42cm, papel cartolina, cor branca	BC	100,000	R\$0,81	R\$81,00
40	Ficha Geral de Atendimento, frente/verso, bloco 50x1, tamanho 30x21 cm, papel sulfite	BC	50,000	R\$8,99	R\$449,50
41	Ficha Geral de Atendimento/Continuação, frente/verso, bloco 50x1, tamanho 30x21 cm, papel sulfite	BC	50,000	R\$7,99	R\$399,50
42	Ficha Odontológica de Atendimento, frente/verso, papel cartolina, tamanho 22x15,5 cm	UND	500,000	R\$0,29	R\$145,00
43	Ficha Odontológica de Atendimento - CONTINUAÇÃO - frente/verso, papel cartolina, tamanho 22x15,5 cm	UND	500,000	R\$0,29	R\$145,00
44	Ficha Programa Nacional de Controle de Dengue (PNCD) – Registro Diário do Serviço Antivetorial, frente/verso, tamanho 21x30 cm, bloco 50x1, papel sulfite	BC	50,000	R\$6,99	R\$349,50
45	Ficha Programa Nacional de Controle de Dengue (PNCD) – Registro Semanal do Serviço Antivetorial, frente/verso, tamanho 27,5x19 cm, bloco 50x1, papel sulfite	UND	10,000	R\$14,99	R\$149,90
46	Ficha Puerperal, frente/verso, bloco 50x1, tamanho 30x21 cm, papel sulfite	BC	10,000	R\$16,99	R\$169,90
47	Ficha Reconhecimento Geográfico, bloco 50x1, tamanho 30x21cm, papel sulfite	BC	10,000	R\$11,99	R\$119,90
48	Ficha Retorno de Nutrição, frente/verso, bloco 50x1, tamanho 30x21 cm, papel sulfite	BC	10,000	R\$16,79	R\$167,90
49	Ficha de Visita (Ministério da Saúde/Programa de Controle de Febre Amarela e Dengue), papel cartolina, tamanho 10x14,5 cm	UN	1.000,000	R\$0,19	R\$190,00
50	Folder personalizado contra animais peçonhentos, frente e verso, colorido, tamanho: 21cm x 30cm, com 2 vincos, papel couche com brilho, 90g	UND	2.000,000	R\$0,22	R\$440,00
51	Folder personalizado contra escorpião frente e verso, colorido, tamanho: 21cm x 30cm, com 2 vincos, papel couche com brilho, 90g	UND	1.000,000	R\$0,22	R\$220,00
52	Folder personalizado Projeto Integrado Algias de Coluna - Fisioterapia, frente e verso, colorido, tamanho: 21cm x 30cm, com 2 vincos, papel couche com brilho, 90g	UND	200,000	R\$0,23	R\$46,00
53	Folder personalizado Projeto Integrado Algias de Coluna - Nutrição, frente e verso, colorido, tamanho: 21cm x 30cm, com 2 vincos, papel couche com brilho, 90g	UND	200,000	R\$0,23	R\$46,00
54	Folder personalizado Projeto Integrado Algias de Coluna - Psicologia, frente e verso, colorido, tamanho: 21cm x 30cm, com 2 vincos, papel couche com brilho, 90g	UND	200,000	R\$0,23	R\$46,00
55	Guia de Referência para exames e/ou consulta ambulatorial especializada, frente e verso, bloco 50x1, tamanho 30x21 cm, papel sulfite	UND	100,000	R\$4,99	R\$499,00
56	Guia de Retorno, bloco 50x1, tamanho 15x10,5cm, papel sulfite	BC	50,000	R\$7,99	R\$399,50
57	Guia Solicitação de Exame Laboratoriais, autocopiativa, bloco 50x2, tamanho 21,5x15cm	UND	100,000	R\$5,69	R\$569,00
58	Guia Solicitação de Exame – Gestantes, autocopiativa, bloco 50x2, tamanho 21x14 cm	BC	5,000	R\$17,61	R\$88,05
59	Gráfico de crescimento MENINAS de 0 aos 5 anos, colorido, papel cartolina	UN	100,000	R\$0,81	R\$81,00
60	Gráfico de crescimento MENINOS de 0 aos 5 anos, colorido, papel cartolina	UN	100,000	R\$0,82	R\$82,00
61	Laudo para solicitação/autorização de procedimento ambulatorial, bloco 50x1, tamanho 30x21 cm, papel sulfite	BC	30,000	R\$4,48	R\$134,40
62	Notificação de receita B "azul" c/ numeração a combinar, destacável as receitas (folhas picotadas), bloco 20x1 – capa e contra capa em cartolina, tamanho 9x20,5 cm, papel da receita (papel sulfite na cor azul)	BC	200,000	R\$3,19	R\$638,00
63	Panfleto personalizado sobre a ouvidoria SUS, colorido, tamanho: 18cm x 13cm, papel couche com brilho, 90 gramas.	UN	2.000,000	R\$0,39	R\$780,00



MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

Estado do Paraná

65	Receituário Controle Especial, autocopiativa, 50x2, tamanho 20,5x15,5 cm	BC	300,000	R\$3,94	R\$1.182,00
66	Receituário Médico – autocopiativo, bloco 50x2, tamanho 21x10,5 cm	BC	500,000	R\$3,59	R\$1.795,00
67	REFERÊNCIA - Solicitação/Autorização Tratamento Fora do Domicílio, frente e verso, bloco 50x1, tamanho 30x21 cm, papel sulfite	BC	30,000	R\$9,99	R\$299,70
Total do Fornecedor: R\$ 29.420,55(Vinte e nove mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos)					

RB COMUNICACAO VISUAL LTDA CNPJ: 27.232.288/0001-86 RESPONSÁVEL LEGAL: – ATA Nº172 /2025					
Item	Descrição	Und	Quant	Valor Uni	Valor Total
9	Impressão digital colorida alta resolução em banner e faixa, acabamento em madeira, ponteira nas bordas e cordão - Arte final de responsabilidade/criação por parte da contratada sujeita a aprovação pelo município	M2	295,000	R\$35,99	R\$10.617,05
Total do Fornecedor: R\$ 10.617,05(Dez mil seiscentos e dezessete reais e cinco centavos)					

VELHA GRAFICA LTDA CNPJ: 04.664.811/0001-48 RESPONSÁVEL LEGAL: – ATA Nº173 /2025					
Item	Descrição	Und	Quant	Valor Uni	Valor Total
64	Pasta personalizada com aba/bolsa para documento na parte interna. Tamanho aproximado: 310mm450mm, papel couche 150 gramas. Impressão colorida, so frente (capa). Arte a definir com a contratante (Logo do município e dados da Secretária Municipal de Saúde)	UND	1.000,000	R\$2,80	R\$2.800,00
Total do Fornecedor: R\$ 244.842,60(Duzentos e quarenta e quatro mil oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos)					

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.
- 3.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por um ano, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 4.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 4.3 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4 O instrumento contratual de que trata o item 4.3. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 4.5 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 4.6.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
- 4.6.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:



MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

Estado do Paraná

- a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b) Mantiverem sua proposta original.

- 4.6.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.7 O registro a que se refere o item 4.6.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.8 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.9 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 4.9.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e
- 4.9.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
- 4.10 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.11 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.12 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.13 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 4.14 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.15 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 4.15.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 4.15.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 4.16 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 5.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 5.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.1.4 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 5.1.5 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 6.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

Estado do Paraná

6.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DA LIQUIDAÇÃO E DA EMISSÃO DA NOTA



MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

Estado do Paraná

9.1 É obrigatório o envio da Nota Fiscal no e-mail do setor de compras: compras1@novafatima.pr.gov.br, logo após o envio do produto e/ou na finalização do serviço.

9.2 Se necessário, será realizada retenção do Imposto de Renda pela CONTRATANTE, de acordo com a alíquota adequada para o serviço ou bem adquirido constante no Anexo I do [Decreto Municipal nº 163/2023](#);

9.3 As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas juntamente com as declarações obrigatórias constantes nos anexos da [Instrução Normativa RFB nº 1234 de 11 de janeiro de 2012](#).

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

10.1 São obrigações do Contratante:

10.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.1.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

10.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.8.1 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 (dez) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

10.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

11.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

11.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.1.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

Estado do Paraná

11.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

11.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

11.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

11.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.1.17. Entregar laudo e/ou relatório de para cada serviço que for executado.

12. FRAUDE E CORRUPÇÃO

12.1 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas: “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

12.2 “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

12.3 “**prática conluiada**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

12.4 “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

12.5 “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12.6 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.7 Considerando os propósitos das cláusulas acima, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.”

13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

13.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

13.3 Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues (sem ônus de entrega para a Prefeitura Municipal), de forma parcelada, durante a vigência do Registro de Preços, conforme necessidade da Secretaria de Educação, da seguinte forma:



MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

Estado do Paraná

- 13.4 - A Contratada deverá atender as solicitações da Secretaria de Educação no local informado pelo setor de compras no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- 13.5 - Os pedidos poderão ser feitos de forma fracionada, conforme a necessidade do município;
- 13.6 - A entrega do produto deverá ser feita no Setor de Compras, localizado na Rua Antônio Grandis Gatti s/n (antiga biblioteca cidadã), das 8h às 11h, da 13h às 16h em dias úteis, por se tratar de repartição pública. Após esse horário, o responsável pela unidade recebedora deverá ser consultado para autorizar o recebimento ou não.
- 13.7 - O Setor de Compras poderá solicitar que a entrega seja feita direto no Órgão/Departamento/Secretaria requisitante, por questões logísticas e transporte; Será fornecido endereço para cumprimento da entrega

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

- 14.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 15.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

- 15.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

- 15.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

- 15.2.4. **Multa**.

- 15.3. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

- 15.3.1. Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

- 15.3.2. Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

- a) M1 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador da multa, conforme indicado na tabela de sanções administrativa;

- b) M2 = multa de 1% (um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador da multa, conforme indicado na tabela de sanções administrativa; e

- c) M3 = multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador da multa, conforme indicado na tabela de sanções administrativa.

- 15.4. Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

- 15.4.1. G1 = multa de 7% (sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador da multa, conforme indicado na tabela de sanções administrativa; e

- 15.4.2. G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

- 12.5. O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

Condutas		Ocorrência e Reincidência					
		Grau de Severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço.					1ª vez	2ª vez
2	Quando o preposto e/ou integrante da equipe não se apresentar em reunião pré-agendada	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
3	Deixar de cumprir o horário de disponibilidade de atendimento determinado pelo CONTRATANTE.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez



MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

Estado do Paraná

4	Deixar de apresentar a equipe completa para início da execução contratual no prazo definido				1ª vez	2ª vez	3ª vez
5	Quando não atender a meta de produtividade por 03 (três) meses consecutivos			1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez
6	O cumprimento irregular das cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
7	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
8	Suspender ou interromper os serviços, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito aceito pelo CONTRATANTE.				1ª vez	2ª vez	3ª vez
9	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
10	O desatendimento de determinações regulares da Equipe de Fiscalização.			1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez
11	Não responder a contatos e/ou solicitações da Equipe de Fiscalização no prazo estabelecido.		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
12	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.						1ª vez
13	Descumprimento das diretrizes definidas pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
14	Abandonar a execução do contrato						1ª vez
15	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato.						1ª vez
16	A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato.						1ª vez
17	Quando for evidenciado que o prestador de serviço da CONTRATADA realizou atividade de quebra e/ou ameaça à segurança das informações do CONTRATANTE.					1ª vez	2ª vez
18	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária).	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
19	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
20	Deixar de entregar a documentação exigida neste Termo de Referência dentro dos prazos estipulados.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
21	Não fornecer todos os dados/informações e documentações utilizados na execução dos serviços durante o processo de Transição Final do Contrato					1ª vez	2ª vez
22	Desistir da prorrogação contratual após sua expressa manifestação de interesse na prorrogação.						1ª vez
23	Emitir Nota Fiscal sem autorização de faturamento pelo e/ou atrasar a apresentação de Nota Fiscal sem justificativa, em desacordo com o fluxo de fiscalização pactuado.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

Nova Fátima (PR), 17 de setembro de 2025.



MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

Estado do Paraná

RENATA MONTENEGRO BALAN XAVIER
PREFEITA MUNICIPAL
CNPJ. 75.828.418/0001-90
CONTRATANTE

FORNECEDORES CONFORME TERMO DE ACEITE:

09.335.918 VALTER LOPES DE SOUZA CNPJ: 09.335.918/0001-66
CREATIVE GRAFICA RAPIDA LTDA CNPJ: 42.585.735/0001-74
RB COMUNICACAO VISUAL LTDA CNPJ: 27.232.288/0001-86
VELHA GRAFICA LTDA CNPJ: 04.664.811/0001-48